

## Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação

Para a CNTE, a qualidade da educação associa-se incondicionalmente às políticas de financiamento (e de custo aluno qualidade), de gestão democrática (nos sistemas e nas escolas), de currículo emancipador e de valorização profissional, pautadas pelas dimensões de salário digno, carreira atraente, jornada com hora-atividade e condições de trabalho, com atenção especial à saúde dos/as educadores/as.

Esse agregado de políticas dá a dimensão do caráter sistêmico das ações estruturantes do Estado para a educação pública, com outras políticas equalizadoras do atendimento escolar, tais como segurança alimentar e renda das famílias, saúde das crianças e jovens, combate às drogas, segurança nas escolas, dentre outras.

A luta da CNTE por condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação foca a incorporação dessa política em todos os debates sobre a valorização profissional, em especial nos planos de carreira da categoria e nas políticas de colaboração entre os sistemas de ensino. O PDE/Escola e o PAR - exceto os convênios de reforma e construção de escolas, que não necessariamente atendem a projetos arquitetônicos favoráveis à prática escolar em cada região do País - não dispõem de nenhuma ação nesse sentido e a própria estrutura do MEC reconhece apenas a formação profissional como política prioritária de Estado, não contemplando as outras áreas da valorização profissional por entender, equivocadamente, tratar-se de assunto restrito às unidades federadas, responsáveis pela contratação dos/as educadores/as.

Embora não haja um levantamento nacional sobre o número de afastamentos de professores e funcionários por motivos de doenças atinentes ao exercício da profissão, é cada vez mais corriqueira a reclamação de gestores quanto à falta dos profissionais ao trabalho, que na esmagadora maioria dos casos se deve a motivos de doença.

A pesquisa *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil*, de responsabilidade do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Faculdade de Educação da UFMG, coordenada pela professora Dalila Andrade Oliveira, e desenvolvida no ano de 2010 em sete estados da federação (Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina) revelou que 55% dos profissionais do magistério se afastaram das salas de aula entre 2008 e 2009, sendo que 34% por período superior a um mês.

O livro *Educação: carinho e trabalho* (Vozes, 1999) traz extenso diagnóstico das condições de trabalho e saúde dos educadores que atuam nas escolas públicas de nível básico no Brasil e aponta para a necessidade de o poder público, primeiro, fazer um

levantamento das doenças laborais na educação – uma vez que algumas sequer são reconhecidas por alguns sistemas estaduais e municipais – e, segundo, atuar prontamente na prevenção e cuidado aos pacientes.

Uma doença, no entanto, chama a atenção para seu estágio de proliferação na categoria – o *Burnout*. Essa publicação, coordenada pelo prof. Wanderley Codo, do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, denominou a doença como síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Não há um único agente causador dessa chaga laboral, pois todo o sistema escolar contribui para a sua incidência, sobretudo a falta de estrutura nas escolas, o autoritarismo no sistema e nas direções escolares e, claro, as condições de trabalho a que os profissionais estão submetidos.

Pode-se concluir que o combate à doença que mina psicologicamente os/as educadores/as está associado a investimentos nas escolas, a fim de conceber melhores condições de trabalho aos professores e funcionários e, conseqüentemente, propiciar uma melhor aprendizagem aos estudantes. Essas condições, além de físicas, dizem respeito à participação dos profissionais nos processos de decisão da política administrativa, financeira e pedagógica da escola – ou seja, da gestão e do projeto político pedagógico escolar.

A pesquisa da CNTE em parceria com a UnB ainda revelou que os profissionais da educação mantêm forte relação emocional com os estudantes e que a baixa proficiência destes causa, naqueles, forte abalo emocional. Também por esta razão, torna-se urgente o redimensionamento dos objetivos da política educacional no Brasil, que devem se inspirar na inclusão, na solidariedade e na equidade, ao invés de estimularem a concorrência profissional e o ranking escolar – dois pilares do liberalismo capitalista que distanciam a escola do compromisso de formar cidadãos comprometidos com a felicidade e o bem estar social.

Corroborando os dados de 1999, a pesquisa da FaE/UFMG, de 2010, forneceu as seguintes informações: 28% dos profissionais se afastaram do trabalho nos últimos 24 meses por meio de licença médica, em geral por questões físicas (coluna, cordas vocais, rouquidão, alergias a giz etc); 14% se afastaram por motivos de depressão, ansiedade ou nervosismo e 13% por estresse; 12% foram readaptados em outras funções; 39% consideram os ruídos dentro da sala de aula muito elevados ou insuportáveis; 53% consideram a ventilação nas salas de aula regular ou ruim; 42% acham a iluminação regular ou ruim; 51% consideram os banheiros dos funcionários ruins; 48% desaprovam os recursos pedagógicos disponíveis; 65% consideram regulares ou ruins as áreas de convivência das escolas; 57% são a favor da redução do número de estudantes por sala de aula; 25% tiveram redução salarial no período do afastamento por doenças; 53% não praticam atividade física; 44% fazem tarefas domésticas no tempo livre; 71% levam trabalhos da escola para casa (em média, sete horas semanais).

A quase ausência de debate sobre as políticas públicas para a saúde dos/as trabalhadores/as em educação denuncia a pré-disposição dos gestores em anular o debate maior acerca das condições de aprendizagem nas escolas públicas. Não obstante os inúmeros dossiês produzidos pelos sindicatos filiados à CNTE, que demonstram o caos nas redes públicas estaduais e municipais – sendo o tema, vez por outra, matéria de revistas e telejornais nacionais –, fato é que os avanços têm sido mínimos e a categoria muitas vezes se sente isolada no debate. Recorrentemente, é taxada de corporativa ou absentéista.

A orientação da CNTE, todavia, consiste em que os sindicatos expandam suas redes de apoio junto aos movimentos sociais e aos órgãos de controle público e social dos recursos da educação, a exemplo do Ministério Público e dos conselhos do Fundeb e da Merenda Escolar, além de investir no diálogo com os gestores públicos encarregados da gestão educacional. Toda ação que possa gerar benefícios à escola e, conseqüentemente, ao trabalho escolar deve ser valorizada.

Enquanto o debate sobre o Sistema Nacional de Educação não avançar para fins de estabelecimento de critérios nacionais de equidade no tratamento dos estudantes e dos profissionais da educação, cabe aos sindicatos, em suas próprias bases de atuação, promover forte mobilização por conquistas de direitos que impliquem melhores condições de trabalho e saúde aos educadores/as.

Assim sendo, a jornada do piso do magistério, que destina no mínimo 1/3 da carga de trabalho do/a professor/a para atividades extraclasse, precisa ser garantida em todas as redes de ensino, como forma de valorizar o trabalho e resguardar a saúde dos profissionais. Projetos que tratam da redução do número de estudantes por sala de aula também contam com o apoio da CNTE e os sindicatos devem exigir a imediata aplicação da Lei 11.301, a qual estendeu o direito à aposentadoria especial para as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico aos/as professores/as que comprovarem tempo de serviço nessas atividades durante o exercício de suas carreiras profissionais.

A intensificação do trabalho dos profissionais da educação, decorrente do processo de reestruturação da sociedade, exige novas estruturas escolares, assim como a permanente atualização em cursos de formação continuada para a ação coletiva da escola. Essa política, além de fortalecer e qualificar a atuação profissional, contribui para a autoestima, ao lado da valorização salarial e da carreira.

Contudo, não se pode ignorar que, além das condições das escolas e da constante intensificação do trabalho complexo dos profissionais da educação, as duplas e até triplas jornadas de trabalho e os baixos salários contribuem para a exaustão e a depressão. E a tarefa da CNTE e de seus sindicatos filiados é de sempre pautar a luta por condições que possam garantir o vínculo profissional a uma só escola, preferencialmente.

A conquista do piso salarial profissional nacional, sobretudo seu conceito de valorização (salário vinculado à formação e à jornada), foi uma vitória importante, embora parcial (pois os funcionários ainda não são contemplados), mas é preciso garantir sua implantação em todas as redes de ensino. O recente julgamento dos embargos de declaração da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 4.167 garante aos trabalhadores a imediata aplicação da Lei 11.738. Não há mais desculpas para os gestores não aplicarem o piso na base dos planos de carreira, e isso, por si só, já é um passo expressivo para a valorização e a melhoria das condições de vida e trabalho do magistério (e em breve dos funcionários).

As questões que envolvem as condições de trabalho e a saúde dos/as trabalhadores/as em educação estão associadas às demais lutas de nossa categoria pelo direito à escola pública de qualidade socialmente referenciada. Por isso, devemos manter nossa mobilização pelas políticas sistêmicas para a educação, pois sem um conjunto de investimentos, financiado de forma cooperativa entre os entes federados, dificilmente se alcançará um patamar satisfatório de qualidade da educação e de valorização de seus profissionais.